



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS**

**EDITAL Nº02/2021 INOVA/AFRO**

**1º Prêmio de Boas Práticas em Promoção da Igualdade Racial do  
Estado do Espírito Santo - Edição 2021.**

O Estado do Espírito Santo, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS**, doravante denominada SEDH, instituída pela Lei Complementar nº 830, de 06 de julho de 2016, torna público que realizará Edital **INOVA/AFRO - I Prêmio de Boas Práticas em Promoção da Igualdade Racial do Estado do Espírito Santo - Edição 2021**, para premiar **boas práticas na área de afroempreendedorismo**, conforme Processo nº 2021-J933Q, devidamente autorizado pela autoridade competente, sendo regido pelas condições estabelecidas no presente Edital.

## **1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

1.1 Este Edital encontra respaldo nas seguintes legislações:

a) **Estatuto da Igualdade Racial**, estabelecido por meio da Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010, que altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003 e tem como objetivo garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica;

b) **Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial - PLANAPIR**, aprovado pelo Decreto nº 6.872, de 04 de junho de 2009 - especialmente contemplando o Eixo 1 (Trabalho e Desenvolvimento Econômico) e Eixo 4 (Diversidade Cultural);



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS**

- c) **Lei Estadual nº 7.723**, de 12 de janeiro de 2004, que institui a Política de Promoção da Igualdade Racial no Espírito Santo;
- d) **Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)**, aprovado no Decreto Federal nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009;
- e) **Programa Estadual de Direitos Humanos (PEDH)**, constante na Portaria Nº 030-S, publicada no Diário Oficial (DIO) do Estado do Espírito Santo no dia 04 de abril de 2014, especificamente a Diretriz 3.3 (Combate à discriminação e desigualdade, com o reconhecimento e valorização da diversidade racial, étnica e cultural);
- f) **Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993**, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

1.2 São consideradas para este edital as seguintes conceituações/diretrizes orientadoras:

- a) **Boas Práticas:** relatos de iniciativas e/ou atividades que geram resultados positivos para a sociedade. Devem possuir uma estratégia de implementação caracterizada, com identificação dos principais resultados e impactos alcançados. É interessante que tenham caráter inovador com possibilidade de se manterem a médio/longo prazo. Para este Edital, devem ainda estar alinhadas com a Política de Promoção da Igualdade Racial, com capacidade de contribuir para a mudança de visões e comportamento, sobretudo no que diz respeito ao combate ao racismo.
- b) **Afroempreendedorismo:** atividades econômicas realizadas



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS**

nas áreas de moda, música, gastronomia, audiovisual, design, tecnologia, beleza, economia, educação, influência digital, comunicação, esporte, literatura, linguagens artísticas, eventos entre outras, desde que tenham como valor agregado ações voltadas à visibilidade e fortalecimento da cultura negra, incentivando o debate sobre desigualdades raciais.

c) **População negra:** conjunto de pessoas que se autodeclaram pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou que adotam autodefinição análoga (conforme Estatuto da Igualdade Racial).

d) **Ações afirmativas:** programas e medidas especiais adotados pelo Estado e pela iniciativa privada para a correção das desigualdades raciais e para a promoção da igualdade de oportunidades (conforme Estatuto da Igualdade Racial).

## **2. DO OBJETO**

2.1 Selecionar e premiar **boas práticas na área de afroempreendedorismo realizadas em território capixaba**, conforme estabelecido no edital e seus anexos.

## **3. INFORMAÇÕES E FORNECIMENTO DO EDITAL**

3.1 Os interessados em participar da presente seleção poderão obter o edital e outras informações pelo sítio eletrônico da SEDH ([www.sedh.es.gov.br](http://www.sedh.es.gov.br)) ou pelo e-mail [editalinovaafro@sedh.es.gov.br](mailto:editalinovaafro@sedh.es.gov.br).

## **4. CONDIÇÕES BÁSICAS PARA INSCRIÇÃO**

4.1 Podem concorrer ao Edital INOVA/AFRO - I Prêmio de Boas Práticas em Promoção da Igualdade Racial do Estado do Espírito Santo - Edição 2021:



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS

- a) Pessoas físicas maiores de 18 anos, residentes no Estado do Espírito Santo;
- b) Organização da sociedade civil sem fins lucrativos;
- c) Empresário individual (Microempreendedor Individual - MEI);
- d) Empreendimento Econômico Solidário;
- e) Servidores da Administração Pública Direta e Indireta, na qualidade de pessoas físicas, para contratação de natureza *intuitu personae*, desde que não estejam vinculados ao órgão estadual responsável pela condução do processo licitatório e pela contratação.

4.2 Considera-se Microempreendedor Individual (MEI) o empresário individual que se enquadre na definição do art. 966 da Lei nº 10.406/2002, ou o empreendedor que exerça as atividades de industrialização, comercialização e prestação de serviços no âmbito rural, que tenha auferido receita bruta, no ano-calendário anterior, de até R\$ 81.000,00 (oitenta e um mil reais), que seja optante pelo Simples Nacional e que não esteja impedido de optar pela sistemática prevista no artigo 18-A da Lei Complementar nº 123/2006.

4.3 Considera-se Empreendimento Econômico Solidário as organizações de caráter associativo que realizam atividades econômicas, cujos participantes sejam trabalhadores do meio urbano ou rural e exerçam democraticamente a gestão das atividades e a alocação dos resultados.

4.4 As práticas apresentadas devem ter atuação no território capixaba, prioritariamente aqueles municípios atendidos pelo Programa Estado Presente<sup>1</sup> e que desenvolvam atividades relacionadas ao **afroempreendedorismo**, com vistas ao incentivo de boas práticas em direitos humanos, especificamente na promoção

---

<sup>1</sup> O Programa Estado Presente em Defesa da Vida (2019) é uma iniciativa do Governo do Estado do Espírito Santo, que tem por objetivo promover a segurança pública por meio de estratégias integradas e articuladas de enfrentamento à violência, proteção e defesa social. Neste sentido, as Secretarias e Órgãos do Estado desenvolvem estratégias de prevenção e proteção social a partir de ações e projetos que viabilizem a promoção da cidadania, o acesso a serviços básicos, bem como a redução de riscos e vulnerabilidades sociais em regiões historicamente marcadas pela violência e exclusão social, com desdobramentos positivos para a sociedade capixaba. Embora o Programa Estado Presente atenda a todo o estado do Espírito Santo, foram estabelecidos níveis de priorização territorial, cujo ponto de partida foi o indicador de homicídio, que representa o nível extremo da criminalidade violenta.



GOVERNO DO ESTADO  
DO ESPÍRITO SANTO

**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS**

da igualdade racial;

4.5 As práticas apresentadas por pessoas físicas poderão ser desenvolvidas por um grupo de pessoas, sendo designado um responsável como titular da proposta.

## **5. DAS INSCRIÇÕES**

5.1 As inscrições para o presente Edital estarão abertas no período de 27 de agosto 2021 a 11 de outubro de 2021.

5.2 As inscrições deverão ser realizadas com a documentação relacionada nos **itens 5.3.1 e 5.3.2** e endereçadas à Secretaria de Estado de Direitos Humanos-SEDH, Subsecretaria de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos Humanos - SUBDH, aos cuidados da Gerência de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – GEPIR, através dos seguintes meios:

a) enviadas por via postal por meio de SEDEX ou carta registrada com aviso de recebimento, em envelopes lacrados e com identificação do proponente e meios de contato, com a inscrição “Proposta – Edital INOVA/AFRO - I Prêmio de Boas Práticas em Promoção da Igualdade Racial do Estado do Espírito Santo - Edição 2021”, para o seguinte endereço: Rua Sete de Setembro, nº 362, 5ª andar, Subsecretaria de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos Humanos aos cuidados da GEPIR, Ed. Palácio da Fonte Grande, Centro, Vitória/ES, CEP: 29015-000;

b) entregues e protocoladas na Subsecretaria de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos Humanos aos cuidados da GEPIR, 5º andar, Ed. Palácio da Fonte Grande até o dia 11 de outubro de 2021, das 09 às 18 horas, em envelopes lacrados e com identificação do proponente e meios de contato, com a inscrição “Proposta – Edital INOVA/AFRO - I Prêmio de Boas Práticas em Promoção da Igualdade Racial do Estado do Espírito Santo - Edição 2021”;



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS

c) enviadas para o e-mail [editalnovaafro@sedh.es.gov.br](mailto:editalnovaafro@sedh.es.gov.br) , com o assunto “Proposta – Edital INOVA/AFRO - I Prêmio de Boas Práticas em Promoção da Igualdade Racial do Estado do Espírito Santo - Edição 2021”, até às 18 horas do dia 11 de outubro de 2021; Neste caso, o proponente deve **aguardar confirmação de recebimento** para considerar a inscrição efetuada.

i. para o envio de documentos através do e-mail, a proposta deve estar em formato PDF.

d) encaminhadas através do sistema E-docs, com o título do documento “Proposta – Edital INOVA/AFRO - I Prêmio de Boas Práticas em Promoção da Igualdade Racial do Estado do Espírito Santo - Edição 2021”, para órgão SEDH- GEPIR, até o dia 11 de outubro.

i. o manual com instruções de acesso ao E-Docs está disponível em:  
<https://processoeletronico.es.gov.br/edocs-manuais-e-videos>.

ii. a conta no sistema E-docs é vinculada a um CPF e dessa forma, os documentos deverão ser encaminhados por meio do CPF do (a) candidato (a) inscrito ou do representante legal da entidade, quando for o caso, com cópia de documento que comprove a representação legal;

iii. considerando que se trata de documentos relativos a um processo de Edital, até a finalização do processo, os documentos encaminhados devem ter alterado o nível de acesso para SIGILOSO no sistema E-docs;

5.2.1 A inscrição deverá ter todas as folhas rubricadas e numeradas sequencialmente e, ao final, ser assinada pelo candidato ou representante legal da entidade, quando for o caso.



GOVERNO DO ESTADO  
DO ESPÍRITO SANTO

**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS**

5.2.2 As inscrições realizadas por via postal ou protocoladas na Subsecretaria de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos Humanos- SUBDH, conforme letras “a” e “b” do item 5.2, deverão ser encaminhadas em uma única via impressa e em uma via em meio digital, através de cd room, dvd ou pen drive.

5.3 No ato da inscrição da prática deverão ser encaminhados TODOS os documentos gerais a todas as categorias de participantes e os específicos conforme abaixo:

5.3.1 Documentações Gerais

- a) Formulário de Inscrição da prática conforme modelo do **ANEXO II**, com os dados solicitados;
- b) Relato da prática de acordo conforme modelo disponibilizado no **ANEXO III**;
- c) Portfólio da prática inscrita, demonstrando como foi desenvolvida e executada a iniciativa (fotos, publicações, divulgações na imprensa ou outro meio);
- d) Declaração de aceitação e ciência do regulamento do Edital conforme modelo disponibilizado no **ANEXO IV**;
- e) Declaração de cessão de direitos autorais e autorização de uso de imagens, textos, vozes e nomes para divulgação, fomento e disseminação da prática (**ANEXO V**);
- f) Termo de compromisso com manifestação expressa de participação na atividade de fechamento do projeto de premiação e disponibilização a título de contrapartida de uma ação/produto de seu trabalho em atividades/ações desenvolvidas pela SEDH ao longo do ano de 2021/2022,



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS**

conforme modelo disponibilizado no **ANEXO VI**.

5.3.2 Documentações Específicas:

a) Quando pessoa Física:

- i. Cópia de Cédula de Identidade e CPF
- ii. Informações de dados bancários
- iii. Comprovante de endereço atual
- iv. Certidão Negativa de Débitos com a Fazenda Federal/INSS
- v. Certidão Negativa de Débitos com a Fazenda Estadual
- vi. Certidão Negativa de Débitos com a Fazenda Municipal

b) Quando Organização da sociedade civil sem fins lucrativos:

- i. Estatuto ou Regimento registrado em cartório
- ii. Ata da Assembleia de eleição da diretoria
- iii. Termo de Posse dos dirigentes que respondem legalmente pela instituição
- iv. Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ
- v. Cópia de Cédula de Identidade e CPF dos dirigentes que respondem legalmente pela instituição
- vi. Comprovante de endereço atual
- vii. Informação de dados bancários





**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS**

- viii. Certidão Negativa de Débitos com a Fazenda Federal/INSS
  - ix. Certidão Negativa de Débitos com a Fazenda Estadual
  - x. Certidão Negativa de Débitos com a Fazenda Municipal
  - xi. Certidão Negativa de Débitos com o FGTS
  - xii. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas
- c) Quando Empresário individual (Microempreendedor Individual-MEI):
- i. Certificado da Condição de Microempreendedor Individual
  - ii. Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ
  - iii. Cópia de Cédula de Identidade e CPF
  - iv. Comprovante de endereço atual
  - v. Informação de dados bancários
  - vi. Certidão Negativa de Débitos com a Fazenda Federal/INSS
  - vii. Certidão Negativa de Débitos com a Fazenda Estadual
  - viii. Certidão Negativa de Débitos com a Fazenda Municipal
  - ix. Certidão Negativa de Débitos com o FGTS
  - x. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS**

d) Quando Empreendimento Econômico Solidário:

- i. Pré-cadastro de Empreendimento de Economia Solidária realizado na ADERES
- ii. Cópia do comprovante de endereço atual do empreendimento para correspondência;
- iii. Cópia do RG e CPF do responsável pelo preenchimento das informações;
- iv. Informação de dados bancários;
- v. Certidão Negativa de Débitos com a Fazenda Federal/INSS
- vi. Certidão Negativa de Débitos com a Fazenda Estadual
- vii. Certidão Negativa de Débitos com a Fazenda Municipal

e) Quando Servidores da Administração Pública direta e indireta:

- i. Cópia de Cédula de Identidade e CPF
- ii. Comprovante de endereço atual
- iii. Informação de dados bancários
- iv. Certidão Negativa de Débitos com a Fazenda Federal/INSS
- v. Certidão Negativa de Débitos com a Fazenda Estadual
- vi. Certidão Negativa de Débitos com a Fazenda Municipal
- vii. Anuência da(s) instituição(ões) envolvida(s), assinada pela autoridade do órgão, declarando que desenvolve projeto vinculado



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS**

à instituição onde trabalha, conforme modelo disponibilizado no **ANEXO VII.**

5.4 As práticas inscritas podem ter sido concluídas ou estar em andamento, desde que seja possível mensurar resultados alcançados.

5.5 A inscrição é gratuita.

5.6 A SEDH se reserva ao direito de prorrogar o prazo das inscrições, caso considere necessário.

5.7 As práticas inscritas que não atenderem ao disposto neste regulamento serão desclassificadas.

5.8 As inscrições com documentos pendentes de Regularização serão desclassificadas.

5.9 Todas as documentações gerais e específicas devem ser encaminhadas no ato da inscrição.

5.10 Não serão aceitos protocolos da documentação, nem documentos com prazo de validade vencido.

5.11 É de inteira responsabilidade do proponente a realização da inscrição dentro do prazo estabelecido, sob pena de indeferimento da mesma.

## **6. DAS VEDAÇÕES**

6.1 Estarão impedidos de se inscrever no Edital INOVA/AFRO - I Prêmio de Boas Práticas em Promoção da Igualdade Racial do Estado do Espírito Santo - Edição 2021:

a) Pessoas jurídicas cujos sócios, administradores, dirigentes ou membros da diretoria possuam vínculo matrimonial, de união estável ou relações de



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS

parentesco até o 2º grau com membros da Comissão Julgadora designada.

b) Membros da Comissão Julgadora.

c) Pessoas físicas que possuam vínculo matrimonial, de união estável ou relações de parentesco até o 2º grau com membros da Comissão Julgadora.

d) Pessoas físicas menores de 18 (dezoito) anos.

e) Pessoas jurídicas cujos sócios, administradores, dirigentes ou membro da diretoria sejam servidores ou ocupantes de cargo em comissão da Secretaria de Estado de Direitos Humanos - SEDH ou pessoas que possuam vínculo matrimonial, de união estável ou relações de parentesco até o 2º grau com estes, com exceção dos servidores que se encontram aposentados (inativos).

## 7. VALOR DO PRÊMIO E FORMA DE PREMIAÇÃO

7.1 O valor total do Edital INOVA/AFRO - I Prêmio de Boas Práticas em Promoção da Igualdade Racial do Estado do Espírito Santo - Edição 2021 será de R\$ 50.000,00;

7.2 Serão premiadas 05 (cinco) **práticas na área de afroempreendedorismo** apresentados por pessoa física, sendo o valor do prêmio de R\$4.000,00 (quatro mil reais).

7.3 Serão premiadas 03 (três) **práticas na área de afroempreendedorismo** apresentado por pessoa jurídica, sendo o valor do prêmio de R\$10.000,00 (dez mil reais).

7.4 O valor do prêmio será pago em parcela única, em conta corrente a ser informada pelo premiado no momento da inscrição da prática.

7.5 Do valor total do prêmio a ser pago, a SEDH fará a retenção do imposto de renda (IR) e outros tributos, acaso devidos, de acordo com os limites previstos na



GOVERNO DO ESTADO  
DO ESPÍRITO SANTO

**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS**

legislação em vigor, para posterior recolhimento.

7.6 Para pessoas físicas, o valor a ser retido de IR será calculado de acordo com a Tabela Progressiva Mensal, a título de antecipação do devido na Declaração de Ajuste Anual (DAA).

7.7 Para pessoas jurídicas, o prêmio será contabilizado na sua escrituração, de forma a compor a receita auferida, inexistindo previsão de retenção na fonte.

7.8 O recurso é oriundo do orçamento próprio da Secretaria de Estado de Direitos Humanos (SEDH).

7.9 Toda e qualquer despesa a ser realizada será de responsabilidade exclusiva do premiado, a quem é vedado o uso do nome da SEDH ou de qualquer órgão do Governo do Estado para contratação de serviços de terceiros ou aquisição de bens e serviços.

## **8. DOS PROCEDIMENTOS DE SELEÇÃO**

8.1 O presente Edital poderá ser impugnado por qualquer pessoa até 05 (cinco) dias úteis após a sua publicação, de forma eletrônica, pelo E-DOCS SEDH - GEPIR, ou por e-mail [editalnovaafro@sedh.es.gov.br](mailto:editalnovaafro@sedh.es.gov.br) até as 23:59h do dia estabelecido, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço informado no item 5.2, letra "b" deste Edital.

8.2 A Comissão Julgadora deverá julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113. Lei 8.666/93, sendo que as respostas serão disponibilizadas no site [www.sedh.es.gov.br](http://www.sedh.es.gov.br).

8.3 A seleção das práticas será conduzida por uma **COMISSÃO JULGADORA**, cuja designação será realizada pela autoridade máxima da SEDH com publicação em portaria no Diário de Imprensa Oficial (DIO) do Espírito Santo.

8.4 A **COMISSÃO JULGADORA** será formada por pessoas com reputação ilibada,



GOVERNO DO ESTADO  
DO ESPÍRITO SANTO

**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS**

incluindo, no mínimo:

- a) 02 (dois) representantes da SEDH, assegurada a participação na referida Comissão de pelo menos um servidor ocupante de cargo efetivo do quadro de pessoal da administração pública;
- b) 01 (um) representante do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial (CEPIR), que seja da sociedade civil;
- c) 01 (um) representante da Agência de Desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas e do Empreendedorismo (ADERES)
- d) 01 (um) representante do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE)

8.5 A **COMISSÃO JULGADORA** poderá contar, ainda, com o auxílio de avaliadores, especialistas nas áreas das práticas.

8.6 A atuação da **COMISSÃO JULGADORA** não é remunerada.

8.7 Os membros da **COMISSÃO JULGADORA** terão total independência técnica para exercer o julgamento.

8.8 Caberá à **COMISSÃO JULGADORA**:

- a) Julgar as práticas pré-qualificadas e elegíveis, observadas as normas estabelecidas neste regulamento;
- b) Indicar as práticas premiadas como “Boas Práticas”

8.9 A **COMISSÃO JULGADORA** analisará e selecionará as práticas inscritas no presente Edital, procedendo ao julgamento das mesmas segundo os critérios estabelecidos no item 10.1, registrando em ata sua decisão acerca da seleção.

8.10 Fica reservado o direito à **COMISSÃO JULGADORA**, na hipótese de não haver



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS**

prática concorrente com qualidade técnica suficiente para receber o prêmio previsto no presente Edital, de não conceder a premiação.

8.11 A **COMISSÃO JULGADORA** decidirá acerca do mérito das práticas concorrentes, escolhendo as melhores segundo os critérios de seleção previstos no item 10.1, considerando a pontuação mínima de 60 (sessenta) pontos.

8.12 Em caso de empate, a **COMISSÃO JULGADORA** procederá ao desempate, considerando os critérios definidos no item 10.4.

8.13 Persistindo a situação de empate, a **COMISSÃO JULGADORA** procederá ao desempate, considerando os critérios definidos no item 10.5.

8.14 A Comissão Julgadora divulgará as práticas selecionadas em ordem decrescente de classificação.

8.15 A Comissão Julgadora terá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis para conclusão do julgamento das propostas e divulgação do resultado preliminar do processo de seleção, podendo tal prazo ser prorrogado, com as devidas justificativas.

8.16 O resultado preliminar do processo de seleção será publicado no sítio eletrônico da SEDH, no endereço [www.sedh.es.gov.br](http://www.sedh.es.gov.br).

8.17 Após a divulgação do **RESULTADO PRELIMINAR**, as proponentes inscritas terão o prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da data de publicação, para interposição de recurso.

8.18 O **RECURSO** deverá ser interposto de forma eletrônica, pelo E-DOCS SEDH - GEPIR ou pelo e-mail [editalnovaafro@sedh.es.gov.br](mailto:editalnovaafro@sedh.es.gov.br) até as 23:59h do dia estabelecido, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço informado no subitem 5.2, letra "b" deste Edital.

8.19 Recebido o recurso, a Comissão julgadora terá o prazo de 02 (dois) dias úteis para análise e manifestação motivada, respondido através de ata, publicada no site



GOVERNO DO ESTADO  
DO ESPÍRITO SANTO

**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS**

da SEDH, no endereço [www.sedh.es.gov.br](http://www.sedh.es.gov.br). A decisão, neste caso, terá caráter definitivo e não será objeto de reexame.

8.20 Após o julgamento dos recursos ou transcurso do prazo sem interposição, a autoridade máxima do órgão irá homologar e dar publicidade às decisões recursais proferidas no sítio eletrônico da SEDH ([www.sedh.es.gov.br](http://www.sedh.es.gov.br)).

8.21 O **RESULTADO FINAL** será homologado pela autoridade máxima e dado publicidade no sítio eletrônico da SEDH ([www.sedh.es.gov.br](http://www.sedh.es.gov.br)) e no Diário Oficial do Estado.

8.22 Os **PREMIADOS** serão convidados para participar de uma Cerimônia de entrega, cuja organização será realizada pela SEDH.

8.23 O prazo de vigência do edital será até 31 de dezembro de 2021.

## 9. DO CRONOGRAMA

Este Edital será executado de acordo com o seguinte cronograma:

| ETAPA | DESCRIÇÃO DA ETAPA  | DATAS                                   |
|-------|---|---|
| 1     | Publicação do Edital de Premiação e da Comissão Julgadora designada | 26/08/2021                              |
| 2     | Período de Inscrições;  | 27/08/2021 a<br>11/10/2021              |
| 3     | Etapa de avaliação das propostas pela Comissão de Seleção           | 11/10/2021 a<br>20/10/2021              |
| 4     | Divulgação do resultado preliminar                                  | 1º dia útil após<br>análise da Comissão |





GOVERNO DO ESTADO  
DO ESPÍRITO SANTO

**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS**

|   |   |  |
|---|---|--|
|   |   | de Seleção   |
| 5 | Interposição de recursos contra o resultado preliminar  | 02 (dois) dias úteis após divulgação do resultado preliminar                       |
| 6 | Análise dos recursos pela Comissão de Seleção   | 02 (dois) dias úteis a contar a partir do dia seguinte ao fim do prazo de recursos |
| 7 | Homologação e publicação do resultado final da fase de seleção, com divulgação das decisões recursais proferidas (se houver). | Até 05 (cinco) dias úteis após finalizada a análise dos recursos                   |
| 8 | Cerimônia de Premiação  | Até 30 dias após a publicação do resultado final                                   |

## **10. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO**

10.1 A fase Eliminatória e Classificatória consistirá na análise e avaliação dos relatos das práticas pela Comissão Julgadora, conforme critérios constantes na tabela a seguir:



GOVERNO DO ESTADO  
DO ESPÍRITO SANTO

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS

| <b>Critérios de Pontuação</b>  |   |             |                    |               |
|--|---|-------------|--------------------|---------------|
| <b>Critério</b>  | <b>Descrição</b>  | <b>Peso</b> | <b>Nota máxima</b> | <b>Pontos</b> |
| <b>I- Alinhamento com a Política de Promoção da Igualdade racial</b> | <p>As práticas desenvolvidas devem estar de acordo com as legislações vigentes relativas a Políticas de Promoção da Igualdade Racial. O desacordo com tais marcos regulatórios ensejará a desclassificação imediata da prática inscrita.</p> <p>Perguntas norteadoras: a prática possui valor agregado que contribua para a promoção da igualdade racial e combate ao racismo? Está contemplada nas diretrizes do Edital?</p> | 3           | 5                  | 15            |
| <b>II- Relevância/Impacto</b>  | <p>Os relatos devem contemplar o impacto de acordo com a abrangência, descrevendo o grau de alcance dos resultados, considerando o fortalecimento do público beneficiado pelo projeto nas comunidades locais;</p> <p>Pergunta norteadora: as práticas descritas geram</p>   | 3           | 5                  | 15            |



GOVERNO DO ESTADO  
DO ESPÍRITO SANTO

**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS**

|  |   |   |   |    |
|--|---|---|---|----|
|  | efeitos positivos para a sociedade?   |   |   |    |
| <b>III- Potencial de inovação e criatividade</b> | <p>Evidenciar o caráter inovador da iniciativa, identificando as práticas inovadoras adotadas, relatando sobre a capacidade da iniciativa de mudar visões e comportamentos, de transformar processos e de produzir novos resultados.</p> <p>Perguntas norteadoras: a prática possui caráter inovador? As práticas inovadoras estão identificadas no relato?</p> | 2 | 5 | 10 |
| <b>IV- Disseminação</b>                          | <p>A prática tem possibilidade de ser disseminada por outros atores considerando os aspectos de aplicação e adaptação.</p> <p>Perguntas norteadoras: a prática pode ser disseminada/replicada? Pode gerar efeito multiplicador?</p>   | 3 | 5 | 15 |



GOVERNO DO ESTADO  
DO ESPÍRITO SANTO

**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS**

|  |  |   |   |    |
|--|--|---|---|----|
| <b>V-Coerência e objetividade na apresentação do relato de prática</b> | Refere-se à coerência e objetividade do relato da prática e do conteúdo exposto na descrição do contexto, dos envolvidos, dos materiais utilizados, da situação-problema e do desenvolvimento dos fatos.<br><br>Pergunta norteadora: o relato contempla os itens solicitados no anexo III?   | 3 | 5 | 15 |
| <b>VI- Desenvolvimento de parcerias</b>                                | Caracterização das parcerias potenciais ou estabelecidas, com pessoas físicas e/ou jurídicas dos setores público, social ou privado, justificando a importância e o papel desses parceiros para o alcance dos objetivos da iniciativa.<br><br>Perguntas norteadoras: a prática, ao longo de sua execução, estabeleceu algum tipo de parceria? Mobilizou a comunidade? Isso é descrito no relato? | 1 | 5 | 5  |



GOVERNO DO ESTADO  
DO ESPÍRITO SANTO

**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS**

|                                  |  |   |   |    |
|----------------------------------|--|---|---|----|
| <b>VII-Resultados</b>            | <p>Identificação de evidências de resultados da prática, no que se relaciona ao tema do Prêmio e modalidade.</p> <p>Perguntas norteadoras: os resultados da prática são identificados no relato? São mensuráveis?</p>  | 2 | 5 | 10 |
| <b>VIII- Portfólio</b>           | <p>Demonstração de como foi desenvolvida e executada a iniciativa (fotos, publicações, divulgações na imprensa ou outro meio)</p>  | 1 | 5 | 5  |
| <b>IX -<br/>Sustentabilidade</b> | <p>Se o projeto possui uma estratégia de implementação definida, um cronograma e resultados que pretende alcançar em curto, médio e longo prazo. Avaliar a continuidade da ação descrita no relato.</p> <p>Perguntas norteadoras: há condições de manutenção da prática a médio/longo prazo? Há descrição de estratégias para a manutenção do projeto?</p> | 2 | 5 | 10 |
| <b>PONTUAÇÃO OBTIDA</b>          |  |   |   |    |



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS**

| <b>Crítérios de Avaliação</b>   |             |
|---|-------------|
| <b>Avaliação do critério</b>  | <b>Nota</b> |
| Ausência de informações ou não atendimento ao critério  | 0           |
| Baixo atendimento do critério. A prática atende timidamente ou de forma precária o critério analisado.                    | 1           |
| Moderado atendimento ao critério. A prática atende parcialmente ao critério, ainda necessitando de maior aperfeiçoamento. | 3           |
| Alto atendimento do critério. O projeto atende integralmente ao critério analisado.                                       | 5           |

10.2 Serão eliminadas as práticas:

- a) Cujas pontuação total for inferior a 60,0 (sessenta) pontos.
- b) Que receba nota “zero” em qualquer critério de julgamento.
- c) Que apresentarem o relato da prática incompleto e em desconformidade com os itens presentes no modelo disponibilizado no anexo;
- d) Que não apresentar TODAS as documentações elencadas no item 05;
- e) Que apresentarem documentação em desconformidade/irregularidade com os requisitos do presente Termo de Referência e do Edital e/ou falsidade de informações.

10.3 As propostas não eliminadas serão classificadas em ordem decrescente, de acordo com a pontuação total obtida, sendo considerada a média aritmética das notas lançadas por cada membro da Comissão Julgadora.



GOVERNO DO ESTADO  
DO ESPÍRITO SANTO

**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS**

10.4 No caso de empate entre duas ou mais propostas, o desempate será feito com base na maior pontuação obtida no critério de julgamento **I- Alinhamento com a Política de Promoção da Igualdade racial.**

10.5 Persistindo a situação de igualdade, o desempate será feito com base na maior pontuação obtida sucessivamente nos critérios: **II- Relevância/Impacto - IV Disseminação - V Coerência e objetividade na apresentação do relato de prática.**

10.6 Se permanecer empate após a análise dos critérios de avaliação acima, será realizado sorteio para definição da proponente vencedora, devendo a Comissão Julgadora informar data, hora e local do sorteio, com comunicação prévia às proponentes concorrentes.

10.7 Fica reservado o direito à Comissão Julgadora, na hipótese de não haver proposta com qualidade técnica e metodológica suficiente para receber o prêmio previsto, de não conceder o prêmio.

10.8 A Comissão Julgadora divulgará as práticas selecionadas em ordem decrescente de classificação.

10.9 As práticas apresentadas poderão ser indicadas pela Comissão Julgadora para compor um banco de boas práticas, a ser administrado pela Gerência de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - GEPIR, para, caso necessário, possibilitar a busca de novas informações junto aos proponentes.

## **11. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1 A despesa correrá à conta da Ação Orçamentária 10.48.101.14.422.040.2283 – PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS, Natureza de Despesas: 3.3.90.31. Fonte de Recursos: 0101, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) da Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Exercício 2021.



GOVERNO DO ESTADO  
DO ESPÍRITO SANTO

**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS**

## **12. DA CONTRAPARTIDA**

12.1 Os premiados se comprometem conforme termo do anexo VI a:

- a) Participar, sem ônus para a administração, do fechamento do projeto de premiação, cuja proposta será a elaboração de publicação (gráfica ou mídia) a ser realizada pela SEDH com o objetivo de compilar as experiências premiadas;
- b) Disponibilizar, a título de contrapartida, uma ação/amostra/depoimento/produto de seu trabalho em atividades e/ou ações desenvolvidas pela SEDH ao longo do ano de 2021/2022.

## **13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

13.1 A inscrição ao Prêmio pressupõe a aceitação das normas contidas no Edital e nos formulários e comunicados efetuados.

13.2 A inscrição ao Prêmio pressupõe a autorização para que a prática inscrita seja divulgada publicamente, sem restrições, e inclui a cessão do direito de imagem.

13.3 O responsável pela inscrição deverá comprometer-se com a veracidade das informações prestadas, sob pena de exclusão do certame, caso seja detectada qualquer irregularidade.

13.4 Durante o período compreendido entre o início das inscrições e a data da premiação, a Comissão Julgadora poderá, a seu critério, averiguar a veracidade e consistência das informações apresentadas, bem como solicitar informações e documentação comprobatória complementares acerca da prática inscrita.

13.5 O não atendimento das solicitações, bem como qualquer outro óbice à atuação das Comissões, resultará na desclassificação da prática.

13.6 Os pedidos de informações decorrentes de dúvidas na interpretação do Edital a





**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS**

ser confeccionado deverão ser encaminhados com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis da data-limite para o envio da proposta, exclusivamente na forma eletrônica pelo e-mail: [editalnovaafro@sedh.es.gov.br](mailto:editalnovaafro@sedh.es.gov.br).

13.7 As impugnações e os pedidos de informações não suspendem os prazos previstos no Edital. As respostas às impugnações e as informações prestadas serão juntadas aos autos do processo e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado também no sítio eletrônico da SEDH ([www.sedh.es.gov.br](http://www.sedh.es.gov.br)).

13.8 Eventual modificação no Edital, decorrente das impugnações ou dos pedidos de informações, ensejará divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, alterando-se o prazo inicialmente estabelecido somente quando a alteração afetar a formulação das propostas ou o princípio da isonomia.

13.9 A SEDH- Comissão Julgadora, resolverá os casos omissos e as situações não previstas no Edital, observadas as disposições legais e os princípios que regem a administração pública.

13.10 O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.11 Os proponentes contemplados que estiverem inadimplentes com a Administração Pública Estadual não poderão receber o prêmio, hipótese em que serão desclassificados.

13.12 O proponente obriga-se a divulgar o brasão do Governo do Espírito Santo, na qualidade de apoio, em todas as peças relativas à prática, se houver, como cartazes, banners, folders, convites, e-mail marketing, post em redes sociais, bandeiras, outdoors, etc. Obriga-se, ainda, a mencionar o apoio recebido em entrevistas de áudio, vídeos e outras mídias de divulgação do projeto.

13.13 Na divulgação do projeto contemplado é vedada a utilização de nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS**

servidores públicos.

13.14 O proponente, contemplado no Edital, autoriza a SEDH a arquivar, armazenar e divulgar as práticas em diferentes plataformas digitais sob sua responsabilidade.

13.15 Em atenção à legislação de transparência pública, após a publicação de resultados finais, terceiros interessados poderão requerer acesso às práticas inscritas no Edital, resguardados dados pessoais.

13.16 À SEDH fica reservado o direito de revogar, prorrogar ou anular o presente Edital, havendo motivos ou justificativas de interesse público para tais procedimentos, devidamente apresentados nos autos do processo de origem, não implicando em direito de indenização ou reclamação de qualquer natureza.

13.17 Fica eleito o foro da Comarca da Capital do Espírito Santo para serem dirimidas quaisquer questões decorrentes do presente Edital.

Vitória/ES, 26 de agosto de 2021.

**Nara Borgo Cypriano Machado**

Secretária de Estado de Direitos Humanos

**Wilton Pires Júnior**

Subsecretário de Estado de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos Humanos

**Edinéia Conceição de Oliveira**

Gerente de Políticas de Promoção da Igualdade Racial SUBDH/SEDH